

Oposição poderá questionar na Justiça concurso de Piancó

A Prefeitura de Piancó lançou edital para realização de mais um concurso público para o preenchimento de cargos, um total de 25, da administração municipal, mas a oposição diz que o certame tem indícios de ilegalidade e é desnecessário, uma vez que grande parte dos aprovados no concurso anterior, realizado em 2007, ainda não foi chamada pelo Município.

Conforme o vereador Sousinha, um dos cargos para o qual menos se convocou aprovados no concurso de 2007 foi Auxiliar de Serviços Gerais, mas a prefeita, em vez de contratar os antigos concursados, abre novo concurso e, inclusive, com funções que poderiam ser preenchidas pelos auxiliares de serviços gerais já aprovados, a

exemplo de Aguador, Jardineiro e Agente de Limpeza. “O que a prefeita fez foi criar cargos com nomes diferentes para não contratar os auxiliares aprovados anteriormente e essas pessoas, como muitas outras aprovadas, não podem ser prejudicadas”, comenta o vereador, ao anunciar que a oposição pretende questionar judicialmente a realização do concurso e também requerer na Justiça a contratação dos aprovados no concurso passado.

Um outro problema verificado pela oposição é o alto custo das taxas de inscrição, que variam de 40 a 75 reais. “O custo é muito alto e não se justifica porque quem vai aplicar as provas é uma empresa da cidade de Patos”, lamenta Sousinha, ao informar que a prefeita Flávia

Galdino tornou-se inelegível por cinco anos em função de suas contas referentes a 2005, reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não terem sido votadas em tempo hábil pela Câmara Municipal.

A sessão para votar as contas da prefeita deveria ter sido realizada dia 23 de maio, mas o presidente da Câmara e demais vereadores da situação não compareceram ao legislativo e a reunião não foi realizada. Com essa manobra até parece que os vereadores aliados de Flávia jogaram contra ela própria, mas Sousinha explica: “como eles sabiam que não teriam votos suficientes para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas e livrar a prefeita da inelegibilidade, já que precisavam de dois terços dos vereadores,

preferiram não comparecer à Câmara, para evitar uma derrota diante do público, mas de todo jeito a prefeita ficou inelegível”.

Sobre o concurso

Vai até o dia 12 o prazo de inscrições para o concurso público da Prefeitura de Piancó, que está oferecendo 50 vagas para 25 cargos, entre os quais professor, médico, recepcionista, faturista, psicólogo, psicopedagogo, agente de limpeza pública, balconista, telefonista, jardineiro, aguardador, enfermeiro, técnico em enfermagem e odontólogo.

Melhores informações os interessados poderão obter no edital que disciplina o concurso, disponível no site da Fundação Sertaneja Pró-Educar (www.proeducar.com).

Falta de estrutura do Conselho Tutelar

O conselheiro tutelar Marcelo Rodão procurou a redação da Folha para denunciar a falta de condições mínimas de trabalho no Conselho Tutelar de Itaporanga, que já chegou a ter carro e telefone e hoje não tem nada, conforme ele.

“O telefone a Prefeitura cortou e o carro sempre está quebrado quando é para servir ao Conselho, embora eu veja o veículo circulando direto por aí sem nenhum problema”, argumenta Marcelo, ao enfatizar que, embora existam muitos problemas envolvendo crianças e adolescentes para resolver, o Conselho encontra-se sem condição de desenvolver qualquer ação ativa ou preventiva.

“Hoje nós não temos

condições de receber nem atender uma denúncia por falta de um transporte e de telefone, e também não temos estrutura para fazer um trabalho preventivo e de fiscalização nos bares, nos motéis e em outros lugares onde geralmente ocorrem abusos contra menores”, lamenta o conselheiro, ao observar que “a sociedade cobra muito do Conselho Tutelar, mas o órgão depende de apoio da Prefeitura para realizar um trabalho qualificado e eficaz, mas do jeito que vai a gente vai ter que fechar as portas do Conselho, porque lá falta tudo: não tem uma cadeira que preste, não tem um suco para dar a uma mãe que chega nervosa, falta até água para beber e nem a limpeza do

prédio é feita corretamente”.

Além da falta de estrutura, Marcelo queixa-se do baixo salário. Conforme o conselheiro, a gestão passada enviou um projeto para a Câmara Municipal aumentando o salário dos conselheiros tutelares para pouco mais de mil reais, mas, conforme ele, o projeto foi rejeitado pelo Voto de Minerva.

“O surpreendente é que o presidente da Câmara, Zé Queiroz, disse em alto e bom som que o salário de conselheiro era uma miséria, mas, contraditoriamente, foi ele próprio quem votou contra o aumento salarial dos conselheiros”, desabafa Marcelo Rodão.

Tanto a Prefeitura quanto o

presidente da Câmara têm direito de resposta e eles se manifestaram sobre as declarações do conselheiro. Zé Joaquim, secretário de Administração e Finanças do Município, disse que vai avaliar melhor as denúncias e, na próxima edição, prestará esclarecimentos.

Sobre a rejeição do projeto de aumento salarial para os conselheiros, Zé Queiroz argumentou que a matéria era da gestão anterior por isso não poderia ser aprovada na atual legislatura. “Mas se o atual presidente mandar um projeto para a Câmara aumentando o salário dos conselheiros, acredito que todos os vereadores serão favoráveis”, comenta o vereador-presidente.

Coremas: alunos rurais sem aula por falta de transporte

É um crime o que está ocorrendo em Coremas, e não seria exagero pedir a prisão dos responsáveis pela negligência que tem deixado os estudantes da zona rural do município sem aula por falta de transporte para conduzi-los à cidade. Mas o problema é que nesta região o poder público descumpra as leis e comete crimes, mas seus representantes não são punidos: é como se prefeitos e governador estivessem acima da lei e da Justiça.

Em Coremas, a diferença partidária entre o prefeito Edilson Pereira (PRP) e o governador José Maranhão (PMDB) tem sido prejudicial a centenas de estudantes rurais da rede estadual, que estão sem transporte desde o início do ano letivo.

A questão tem preocupado a Câmara Municipal, onde vem sendo tratada exaustivamente, mas a ação do legislativo não está restrita somente aos discursos. Por iniciativa do vereador Zé Nilton (foto), do (PRP) e do presidente do legislativo, Chico Mamede, a Câmara levou a questão ao Ministério Público, que prometeu engrossar a luta pela solução do problema.

“Hoje todos os estudantes da zona rural de Coremas que estudam na cidade estão ameaçados de perder o ano letivo por falta de transporte; quem pode está pagando o transporte do próprio bolso, mas a maioria dos pais de família não tem condições de arcar com essas despesas”, comenta Zé Nilton, ao informar que os vereadores estão tentando uma audiência com o secretário de Educação do Estado para tratar do assunto e exigir uma providência imediata.

Conforme ainda o vereador, a proposta de convênio entre Prefeitura e Estado para o transporte escolar já foi enviado pelo prefeito Edilson Pereira para a Secretaria de Educação, mas o documento ainda não foi assinado pelo governador. “Eu acredito que Maranhão tem interesse político no próximo ano, então é bom que ele trabalhe para resolver os problemas da população”, desabafa o vereador.

Mas o principal representante político do governo estadual em Coremas, Lucrenato Júnior, diz que a culpa pela falta de transporte não é do governador, mas do prefeito. “Eu estive com Maranhão e falei do problema para ele, mas o governador me disse que só estava faltando o prefeito enviar o convênio para a Secretaria de Educação, o que não aconteceu até agora, conforme Lucrenato.

Mas enquanto governo e Prefeitura não se acertam, centenas de estudantes coremenses estão sem aula e, já com o semestre letivo praticamente concluído, dificilmente conseguirão recuperar o ano.



TCU condena atual e ex-prefeito de Coremas

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o atual prefeito de Coremas, Edilson Pereira de Oliveira, e o ex-prefeito, Antônio Carlos Cavalcante Lopes, a pagarem multa no valor de R\$ 5 mil ao Tesouro Nacional.

O ex-prefeito não justificou por que adquiriu um veículo usado em vez de um novo na compra de uma ambulância para o município. Além disso, segundo a auditoria, as três únicas empresas convidadas a participar da licitação para aquisição do veículo pertenciam a uma mesma família, sendo uma empresa pertencente à mãe, outra ao pai e a terceira ao filho. Duas das empresas possuíam o mesmo endereço e o mesmo número de telefone, o que indica ocorrência de fraude à licitação. Já o atual prefeito comprou

medicamentos da empresa Endomed Comércio e Representação de Medicamentos Ltda a preços superiores aos estipulados em convênio. Os remédios eram destinados à implementação do Programa Piso de Atenção Básica (PAB) do Ministério da Saúde para levar atendimento básico de saúde à população do município.

O prefeito Edilson terá que devolver, em solidariedade com a empresa Endomed, R\$ 1.913,27, valor atualizado, ao Tesouro Nacional pelas irregularidades cometidas. O TCU encaminhou cópia da decisão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba. O relator do processo foi o ministro Augusto Nardes.

Edilson Pereira e Antônio Lopes podem recorrer da decisão.

Denúncias contra a Prefeitura de Diamante

A Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou, há duas semanas, o relatório de fiscalização dos recursos federais destinados a Diamante. Os auditores estiveram no município governado pelo prefeito Hércules Manguieira (PMDB) no período de 4 de novembro a 31 de dezembro de 2008 analisando a aplicação das verbas federais recebidas pela Prefeitura e constataram várias irregularidades.

Um montante de 30 ações executadas no município no período de janeiro de 2007 a setembro de 2008 foi objeto de fiscalização, o que representa quase 26 milhões de reais. E, em praticamente todas essas ações, a CGU encontrou irregularidades gritantes, principalmente nos convênios celebrados entre a Prefeitura e alguns ministérios da União, entre os quais educação e saúde.

Nos recursos repassados pelo Ministério da Educação, por exemplo, o órgão federal aponta que o dinheiro não foi usado legalmente: recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) não chegaram ao município; falta de merenda escolar; falha no Conselho de Alimentação Escolar e na contratação de transporte escolar; livro distribuído aos alunos após o ano letivo; processos licitatórios irregulares; e habilitação de empresa pela comissão de licitação apesar de não preencher todos os requisitos previstos no convite.

Outra irregularidade encontrada pela CGU na educação foi o pagamento ilegal feito pela prefeitura de R\$ 94.269,00, dinheiro oriundo do Fundeb, a uma empresa de CNPJ de nº. 07.924.816/0001-50, e R\$ 61.878,00 pago a outra empresa de CNPJ de nº. 07.203.626/0001-44 para execução de obras e reformas nas escolas municipais, mas o serviço não foi prestado.

Sobre o pagamento efetuado à primeira empresa, a Prefeitura tentou justificar que as reformas foram realizadas no período de 17/02/2008 a 17/05/2008, mas, neste período, conforme a CGU, “as escolas estavam funcionando normalmente, o que inviabilizaria a execução de reformas no período”.

O pior é que a nota fiscal desse processo foi emitida pela Prefeitura em 31/01/08, mas os cheques de números 850014 e 850150 só foram emitidos em 12/02/2008, ou seja, anterior ao período de execução dos serviços informados pela edilidade municipal, e a nota fiscal de nº. 160, emitida em 30/01/2008, não possui atesto que confirme a execução desses serviços.

As irregularidades com os recursos do Fundeb que deveriam ser usados para a melhoria da educação local não param por aí. A Prefeitura chegou a usar, conforme a CGU, dinheiro do Fundo para cobrir despesas com custo especial

suplementar do Instituto de Previdência do Município e ainda gastou de R\$ 33.157,39 para compra de combustíveis que foram usados por veículos não lotados na Secretaria de Educação nos anos de 2007 e 2008.

Além disso, uma prova de que o dinheiro do povo diamantense não foi bem aplicado é explicado também quando apenas um veículo, um Ford 4000, consumiu, em nove meses, 6.197 litros de diesel, segundo informações colhidas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) pela CGU baseadas em prestação de contas da Prefeitura diamantense. A despesa no período foi de R\$ 25.149,19, ou seja, o litro de diesel custou R\$ 4,05, valor quase 100% acima do que é vendido nos postos.

Saúde

Segundo a CGU, os recursos destinados à saúde pública de Diamante também não tiveram curso normal, e as falhas começaram já nos processos licitatórios, que apresentam indícios de combinação entre empresas participantes do convite para licitação e inobservância ao princípio da duplicidade.

A CGU encontrou ilegalidades no programa de construção de módulos sanitários no ano de 2007. A visita feita pela CGU por amostragem evidenciou que “no caso dos módulos sem sistema de abastecimento d’água, houve a instalação de lavatório plástico em lugar de lavatório de louça branca, contrariando, portanto, as especificações técnicas relativas ao projeto técnico”.

Nesse caso, o prefeito Hércules Manguieira reconheceu o erro da empresa que prestou o serviço, mas não soube explicar porque pagou antecipadamente R\$ 137.008,00 à construtora Constrular LTDA, valor correspondente a 77,64% do contrato feito com a empresa, que era de 176.456,71, mas o dinheiro só deveria ter sido pago depois de 120 dias da ordem de serviço.

Ainda na saúde foi verificada a administração inadequada de estoque de medicamento do Programa da Farmácia Básica; profissionais da saúde atuando no PSF sem participar de curso de capacitação continuada e descumprimento de carga horária de 40 horas semanais; e recibo de despesa com recursos do PAB (Piso de Atenção Básica) em conflito com o emitente da nota fiscal.

Todas as irregularidades encontradas pela Controladoria-Geral da União em Diamante, pegadas no 27º sorteio público da CGU, realizado no ano passado, serão remetidas ao Ministério Público Federal e depois à Justiça.

Por dois dias consecutivos a reportagem da Folha tentou falar com a Prefeitura sobre as denúncias, mas não conseguiu porque o telefone só apresentava sinal de ocupado.

Ebulição

Antônio Cabral - 91.25-5856 antoniocabral.cbrl@gmail.com

NENEN DE FANDINGA

O vereador Nenen de Fandinga (DEM), atual líder da prefeita de Piancó na Câmara, tem tomado decisões sensatas a respeito dos comentários que lhe fazem a respeito da sua função de líder. Homem pacato, nunca se exalta quando lhe tecem críticas, ao contrário de outros que não aceitam a opinião do público eleitor. Nenen tem desempenhado o seu papel de forma discreta, não confrontando suas opiniões com a oposição, o que está levando muitas pessoas a admirá-lo neste momento muito difícil por que passa a atual gestão executiva.

CAOS

A cidade de Piancó, desde o início do segundo mandato da atual prefeita, tem sofrido com as constantes e indesejáveis acusações - com provas -, que a oposição vem fazendo, a respeito dos desmandos administrativos impostos pela gestora pública, com o apoio de uma figura já bastante conhecida da população, pelas suas orientações desastrosas e macabras. A nossa cidade vem sofrendo com o “modelo” administrativo que foi adotado e, muitas profetizações feitas por pessoas que hoje estão bem próximo da prefeita, estão sendo confirmadas, para instituir o caos em nosso querido Piancó.

SOLUÇÃO

A esperança da população para que a nossa cidade retome a velha forma de se respeitar à sociedade, as famílias e as pessoas honestas são os quatro mosqueteiros: Pádua (PT), Souza (PMN), Waguinho (PP), e Dr. Rato (PTB). Vereadores que, mesmo com a insistência de pessoas ligadas a prefeita, não se deixaram corromper. O povo de Piancó espera que eles encontrem a solução para excluir, de uma vez por todas, este modelo gestor implantado em nossa cidade, por pessoas que estão preocupadas apenas na sua promoção pessoal e de alguns familiares.

E POR FALAR EM FAMÍLIA

Tem uma família em Piancó que já se tornou bastante conhecida da população pelas suas ações para não ficar fora do poder. São pessoas que não se acostumaram a trabalhar honestamente como a maioria dos piancoenses. Eles não conseguem viver sem os gordos salários que a política lhes oferece. Eles não medem esforços e que se danem a dignidade, a honestidade, a família. Não importam os meios, o que importa é está próximo, bem próximo do poder. É por isso que nada muda em nossa terra. Mas temos ainda uma esperança com a oposição que compõe a Câmara.

WAGUINHO FOI SONDADO

A notícia era de que Waguinho ou Souza votariam a favor das contas da prefeita - contas estas já reprovadas pelo TCE -, no sábado, 23 de maio, porque eles tinham sido sondados pelo ex-prefeito Gil Galdino (pai da prefeita), que votariam a favor das contas referentes ao ano de 2005. Negativo! Tanto Waguinho quanto Souza não primaram pelo compromisso com o seu eleitorado. E só quem ganhou com esta atitude honesta de ambos foi a cidade de Piancó. Falam que Waguinho foi o mais assediado, mas resistiu.

O PRESIDENTE FUGIU

Foi assim que um eleitor, presente ao plenário da Câmara, no último dia 23 de maio, se expressou quando soube que os vereadores da situação - dentre estes o presidente Antônio Leite - não iria se fazer presente à sessão para votarem as contas da prefeita. Apenas os vereadores da oposição estavam na Casa Padre Manoel Otaviano. Cerca de 80 pessoas ficaram revoltadas com a atitude dos vereadores da elite. Horas mais tarde, nos deram conta de que alguns aliados da prefeita, incluindo-se o presidente da Casa, estavam na cidade de Itaporanga, na hora da sessão. É lamentável que isso ocorra nos dias de hoje.

ANIVERSÁRIO DA PRAÇA

Não tendo como abrir a sessão (dia 23 de maio), os vereadores da oposição falaram ao público presente e, logo em seguida, se dirigiram à praça Salviano Leite (em reforma?), e com um bolo e refrigerantes, comemoraram um ano de aniversário do início da obra. A prefeita, por sua vez, sorria em sua mansão, ladeada pelos “amigos”, mui amogosa.

A LEI DA MORDAÇA

A população constatou que foi instituída em Piancó a lei da mordança. Nenhuma emissora de rádio local (Cidade FM e Nativa Comunitária FM) pode falar sobre os fatos que vêm ocorrendo em Piancó e que se referem ao executivo municipal. Até os programas que se dizem independentes estão calados. Para se ouvir notícia política a respeito de Piancó é necessário sintonizar a rádio Correio do Vale AM (Itaporanga), a rádio Líder FM e Progresso AM (Sousa) e a rádio Espinharas AM (de Patos), além de portais, blogs e sites pela internet. Fora esses meios, não se podem saber nada a respeito da cidade de Antônio Montenegro, Elziz Matos, Napoleão Ângelo... O que não faz um belo contrato!

ATÉ A RÁDIO NATIVA

A rádio comunitária Nativa FM (da Associação dos Moradores do Alto Belo Horizonte), que foi perseguida pela atual gestora municipal - conforme reunião realizada na sede da do Cras-Oeste no dia 10.12.07 -, hoje fechou suas portas à população que está revoltada com os desmandos instituídos pelo atual modelo gestor municipal. Lembrando que o diretor da emissora de rádio comunitária afastou-se da prefeita, em épocas passadas, por não concordar em fechar os microfones da rádio para os contrários. Hoje tudo mudou: a Nativa não tem, sequer, programa jornalístico. Esperamos que não haja arrependimento no futuro por parte dos responsáveis pela AMBH. Um CD em formato MP-3 está sendo distribuído à sociedade piancoense e nele consta a gravação da famosa reunião do dia 10.12.07, quando a prefeita esteve no Belo Horizonte. Quem ouvir esta gravação não consegue acreditar que a Nativa está hoje sob o comando da prefeita.

SE ELA SOUBESSE JÁ TINHA FEITO

Só pra lembrar, a prefeita de Piancó começou a perseguir a Nativa FM depois que a direção da emissora fechou contrato com a Câmara de Vereadores. Na época a prefeita era “persona non grata” da presidência da Casa Padre Manoel Otaviano. Como o diretor da AMBH era aliada da prefeita, este foi convidado a desfazer o contrato. Ele não aceitou e aí começaram as perseguições. A “briga” só chegou ao fim neste ano de 2009, quando um ex-agente político se uniu à gestora piancoense. A partir daí a Nativa passou a ser controlada pela prefeita. Se ela soubesse, já tinha feito esta “parceria” e evitado todos aqueles transtornos, que lembramos bem. O nosso amigo Esmalido Pereira pode vir a se arrepender de tudo isso, e aí será tarde. Ele vinha tão bem!

CURSO PÚBLICO

A taxa de inscrição para o novo concurso público de Piancó chega a ultrapassar a lei da hipocrisia. Não é possível que, enquanto se luta para isentar as pessoas de despesas neste sentido, a Prefeitura vem cobrar da população interessada quantia que variam de R\$ 40,00 a R\$ 75,00 para quem quiser participar do certame. O que se pretende fazer com este montante arrecadado? A empresa contratada não é mais a Fundação Allyrio Meyra Wanderley. Agora é a Fundação Sertaneja Pró-Educar. Falam que é a mesma entidade, só que com outra razão social. Ambas são da cidade de Patos, segundo fomos informados.

ÚLTIMA

O site www.padualeite.com traz no seu conteúdo textual um assunto muito interessante sobre a prefeita de Piancó, que diz respeito à questão do calote. Bem, este assunto me diz respeito porque eu fui vítima, também, de um calote por parte da gestora pública, pessoa que eu admiro e respeito, mas faltou com respeito para com aqueles que lhe depositaram o voto nas últimas eleições. Trabalhei - já falei isso em outras edições - como diretor e depois coordenador de jornalismo e rádio da Prefeitura Municipal, e quando fui retirar o meu pagamento na agência bancária local, minha conta estava zerada. Busquei informações na Secretaria de Administração e constatei que um personagem tinha ordenado que o meu nome fosse retirado da folha. Estou buscando agora os meus direitos. Será que estas pessoas não estão contentes com a quantidade de dinheiro que está sendo dos cofres públicos (com quase toda sua família empregada), e ainda querem tirar o pouco de quem trabalhou honestamente? Esses errabundos terão a resposta para essas atitudes, em breve. Por isso precisamos fortalecer os vereadores da oposição. O desfecho está bem próximo!

ÚLTIMA I

A festa do padroeiro de Piancó, Santo Antônio, está sendo organizada pela Igreja Católica sem o apoio da Prefeitura local. A programação da festa profana, por parte do executivo municipal, ainda não foi divulgada. A praça Salviano Leite, local onde sempre se realizaram as festas da cidade, ainda continua fechada com uma parede de madeira, proibindo o acesso ao público. A prefeita e a Secretaria de Cultura e Turismo não falaram sobre o assunto e a população já está programada para curtir o período de 1 a 13 de junho fora da cidade.